

**ATA**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Interveio sobre a instalação na Universidade do Minho de uma unidade operacional na área da governação eletrónica na sequência da assinatura de dois acordos entre o Estado português e a Universidade das Nações Unidas, recordando a intervenção que fez sobre este assunto em reunião de Câmara realizada em 21 de outubro de 2010. Congratulou-se com a instalação deste estabelecimento, registando o empenho da Universidade do Minho que se tornou agente e interveniente decisivo neste processo. Disse querer também dar uma palavra ao Governo, a quem competia entrar em conversações com a Universidade das Nações Unidas e escolher o local para a instalação do equipamento em causa e que, igualmente, se empenhou neste projeto, referindo ser importante ter isto em

conta e estar gratos às decisões governamentais. Finalmente, referiu a boa decisão da Câmara Municipal de Guimarães, concretamente no que respeita à opção política de criação do CAMPURBIS, que permitiu a instalação desta universidade e que no âmbito dos cinco projetos foi aquele que conseguiu maior consenso ao nível das instituições. Considerou ser este um bom exemplo do que pode ser um projeto suprapartidário, acrescentando que todos fazem parte do projeto de desenvolvimento social do concelho, manifestando honra e privilégio de ter dado um contributo para que isto fosse possível. -

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Referiu a greve dos assistentes técnicos e operacionais das escolas do 1.º e 2.º ciclo do concelho, ocorrida na passada segunda-feira, para reivindicar o cumprimento do Acordo celebrado entre o Município e a entidade representativa dos trabalhadores. Disse lamentar que nenhum responsável estivesse disponível para receber os manifestantes considerando que a Câmara Municipal está a manifestar cautelas que não teve quando passou a aplicar as 40 horas de trabalho semanal, que continuam até hoje. Disse ainda que, tendo em conta a matriz ideológica deste Executivo, era suposto que já tivesse sido assumida posição idêntica à de outras Autarquias que já estão a praticar o horário de 35 horas semanais; **b)** – Sobre o espaço para os Vereadores da oposição, disse que deveria ter existido alguma formalidade na sua apresentação, acrescentando não compreender que este espaço tivesse de ser partilhado com os demais vereadores externos. Disse, ainda, não lhe incomodar a partilha do espaço referindo, contudo, que a responsabilidade de existir um só gabinete para todos os vereadores sem competências delegadas é da maioria socialista da Câmara Municipal de Guimarães. -----



3 – Presidente da Câmara – a) – Sobre a instalação da Universidade das Nações Unidas, começou por dizer que o Senhor Primeiro Ministro havia convidado o Reitor da Universidade do Minho, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDRN e o Diretor da Escola de Engenharia da Universidade do Minho para assistir à cerimónia de assinatura do documento que formalizava a instalação daquela Universidade em Guimarães. Disse, ainda, que há mais de três meses tinha sido contactado pelo Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, sobre esta cerimónia, tendo sido pedido reserva nesta informação. Acrescentou que tem mantido, desde outubro passado, reuniões com o Reitor da Universidade do Minho, o Presidente da CCDRN e com altos responsáveis das Nações Unidas, para que esta unidade operacional se instalasse em Guimarães. Disse lamentar que a notícia da cerimónia de assinatura do documento que formaliza a instalação da Universidade das Nações Unidas tivesse sido divulgada sem ser através do Presidente da Câmara, a quem competia fazê-lo, sustentando que as atitudes na defesa de Guimarães têm de ser concertadas. Por último, manifestou a certeza de que este projeto irá contribuir para reforçar ainda mais, por um lado, a capacidade de inovação, de conhecimento e de internacionalização da Universidade do Minho e, ao mesmo tempo, contribuir também para valorizar a administração pública. **b)** – Sobre o horário de trabalho explicou a posição tomada referindo que assumiu, no dia da assinatura formal do acordo com as estruturas sindicais, que o regresso ao horário das 35 horas semanais apenas entraria em vigor quando o Secretário de Estado da Administração Local assinasse o acordo ou a Procuradoria-Geral da República se

pronunciasse favoravelmente no sentido da dispensa da outorga do acordo por parte da Administração Central. Transmitiu que não se encontrava nos Paços do Concelho quando a manifestação esteve junto da Câmara Municipal tendo delegado competência na Vereadora dos Recursos Humanos, Dr.^a Adelina Paula Pinto, para receber uma delegação dos manifestantes, caso tal fosse solicitado. Acrescentou, ainda, que como ninguém solicitou ser recebido, não houve qualquer reunião com os representantes dos trabalhadores; **c)** - Sobre o gabinete dos Vereadores, disse que concordava que cada partido representado na Câmara Municipal tivesse o seu gabinete autónomo, pelo que iria tomar diligências nesse sentido. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

Informou que foram recebidos dois Acórdãos do Tribunal de Contas que decidem pelo indeferimento dos recursos para o plenário mantendo as decisões de recusa de visto aos processos relativos aos Protocolos de Cooperação de 2013 com as Cooperativas Fraterna e Tempo Livre (AEC). -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Doutor Joaquim Oliveira Bragança, de acordo com o texto que a seguir se transcreve: "No dia 24 de Maio faleceu o Padre Doutor Joaquim Oliveira Bragança nascido no dia 6 de Outubro de 1925 na freguesia de Abação, Guimarães, filho de Domingos de Oliveira Bragança e de Albina Mendes Ferreira. Frequentou os Seminários Diocesanos de Braga e foi ordenado sacerdote a 15 de Outubro de 1949 no Santuário de Nossa Senhora da Lapinha. Em 10 de Setembro de 1949 foi nomeado Vigário Cooperador de Fafe; em 30 de Dezembro de 1952 foi nomeado Pároco de Garfe, Póvoa de



Lanhoso; em 07 Agosto de 1956 foi nomeado Pároco da Costa em Guimarães. Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian rumou a Paris em 1958 para se especializar no Instituto Superior de Liturgia, da Faculdade de Teologia do Instituto Católico de Paris. Prestou provas de doutoramento, em 1962, com o trabalho La Vigile Pascale du Missel de Mateus. Aprofundou a formação recebida com o estudo aturado de centenas de manuscritos, em diferentes instituições de Portugal, França, Espanha e Roma. Entre as obras a que deu corpo contam-se a magistral edição do Missal de Mateus e títulos como Ritual de Santa Cruz de Coimbra, Procecionário-Tropário de Alcobaça, Ritual de Braga do séc. XV e A música do Pontifical de Braga do séc. XV. Professor, jubilado, da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, foi diretor da revista Didaskalia (1971-1995), órgão científico da Faculdade, integrou o conselho de Direção e Redação da revista Communio (1984-1988) e fundou, em 1987, a revista de musicologia Modus, do Instituto Gregoriano de Lisboa. Foi Académico da Pontifícia Academia Mariana Internationalis (Roma), membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e de Societa Catalana d'Estudis Litúrgics (Barcelona). No lançamento da obra que recolhe 40 anos da sua atividade científica, Liturgia e Espiritualidade na Idade Média, única entre nós, e que atingiu um nível científico internacional, marcando a investigação litúrgica mesmo para além das fronteiras do nosso país, obra, referiu D. Carlos Azevedo " ao percorrermos 40 anos de atividade científica do Professor Bragança, percebemos como o académico ganhou por mérito próprio lugar incontestável e incomparável, entre nós, no domínio da historiografia litúrgica medieval". "A comunidade científica, e não apenas portuguesa, contraiu para com Joaquim Oliveira Bragança não uma pequena

dívida, ao ver disponibilizados sob selo da mais elevada qualidade tantos dos textos litúrgicos que deram vida e expressão ao sentir religioso das mulheres e dos homens que fizeram a Idade Média". Um homem exemplar, um académico notável que marcou indelevelmente a área da investigação litúrgica, um homem simples que amava Guimarães, a sua terra, que fica mais pobre com o seu falecimento. Por todas estas razões propõe-se a aprovação por esta Câmara Municipal de um Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Doutor Joaquim Oliveira Bragança."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 14 de maio de 2014, que adjudicou definitivamente os veículos e metais ferrosos colocados em hasta pública no dia 8 de maio de 2014, nos termos da informação e ata do ato público que se juntam em anexo, pelos valores de €3.870,00 + IVA e €230,00/tonelada, respetivamente. **2.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de maio de 2014, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por "Reperfilamento da Rua da Maina e Parque de Estacionamento do Centro de Saúde de Urgezes" nos valores, respetivamente, de €486.195,01 + IVA e de €45.168,55 + IVA. A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**OBRAS PÚBLICAS – BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM VÁRIAS FREGUESIAS DO CONCELHO – ADJUDICAÇÃO -**

Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, que se anexa, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “M. Couto Alves, SA”, pelo preço de €991.513,35 + IVA, sendo o prazo de execução de 120 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS) –

Presente a seguinte proposta: “Estabelece o disposto no n.º 2 do artigo 117.º, em conjugação com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia tendo em vista a celebração de contratos de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos na alínea I), do n.º 1, do art.º 33º do aludido diploma legal, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2014, no âmbito da manutenção, conservação e reparação das vias municipais, bem como a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços e redes de circulação integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estabelecido nas alíneas bb) e ee) do n.º 1 do

mesmo artigo 33.º, sendo que as verbas a conceder neste domínio foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da referida Lei n.º 75/2013, a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2014, por conta das competências a delegar, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS – Presente a seguinte proposta: “Estabelece o

disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2014, no âmbito das suas atribuições no domínio, entre outras, do equipamento rural e urbano, do ambiente e salubridade, do desenvolvimento, do



ordenamento urbano e rural e da proteção da comunidade, sendo suas competências próprias nessa matéria, designadamente, gerir, conservar e ou promover a limpeza e reparação de espaços públicos e equipamentos de âmbito local e administrar e conservar o património da freguesia, conforme estabelecido nas alíneas z), aa), bb), hh) e ii) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo diploma legal, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas, de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores, tendo em vista a concessão de apoios municipais. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Contratos de Atribuição de Subsídio com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2014, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

PROTÓCOLOS - PROTÓCOLO COM A ASSOCIAÇÃO GREEN LINES – Presente a seguinte proposta: “A Associação Green Lines - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável elegeu Guimarães para promover a iniciativa HERITAGE 2014 - 4ª Conferência Internacional sobre o Património e Desenvolvimento Sustentável que, à semelhança das edições precedentes, visa apurar e discutir o “estado da arte” das relações entre os diversos tipos de património, enquadrando-os nos conceitos de desenvolvimento sustentável. Assim, as quatro dimensões do desenvolvimento

sustentável (ambiente, economia, sociedade e cultura) constituem os pilares deste evento, pressupondo uma abordagem singular sobre como lidar com o tema específico da sustentabilidade do património. Por conseguinte, para além dos aspetos tradicionais de preservação do património e sua salvaguarda, será abordada a relevância e o significado do conceito de desenvolvimento sustentável por alguns dos mais eminentes especialistas em todo o mundo. De facto, o património não é mais considerado como uma mera memória ou uma referência cultural, um lugar ou um objeto. O conceito caminha em direção a cenários mais amplos, onde se conjugam e equacionam as forças acionadas pelo comércio, negócios, lazer e política. Esta constatação conduz a que a preservação e salvaguarda do património enfrente novos e complexos problemas. A degradação do património deixou de resultar apenas do envelhecimento dos materiais ou de fatores ambientais: outros fatores como a poluição local e global, as alterações climáticas, a pobreza, a religião, o turismo massificado, a mercantilização, as ideologias estão agora a suscitar novas abordagens, interesses e visões sobre o património. A Heritage 2014 - 4^a Conferência Internacional sobre Património e Desenvolvimento Sustentável propõe uma visão global sobre como o património vem sendo contextualizado na sua relação com as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável. O que está a ser feito em termos de pesquisa, direções futuras, metodologias, ferramentas de trabalho e outros aspetos significativos das abordagens teóricas e de campo serão os objetivos desta Conferência Internacional. Além disso, a gestão do património e a educação serão trazidos à discussão como os fatores-chave para a definição de futuras estratégias globais para a preservação do património e sua salvaguarda. Um capítulo especial sobre o



Património e Turismo Cultural será incluído nesta edição: como o turismo cultural se tornou um tema importante e uma grande área de pesquisa. Pesquisa de campo aplicada e abordagens teóricas serão desenvolvidas neste capítulo especial que pretende criar um amplo e significativo fórum de debate sobre o tema. Como nas edições precedentes, diversos investigadores serão convidados a partilhar os resultados de seus projetos de pesquisa - projetos de pós-graduação e projetos de doutoramento -, entre outros. Assim, atendendo à especial acuidade dos temas a tratar nesta conferência internacional e, deste modo, ao interesse inequívoco de que se revestiria a sua realização em Guimarães, proponho, ao abrigo da alínea ff) do nº1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo anexo, que viabiliza tal objetivo, fixando as condições da parceria que, para o efeito, será estabelecida entre o Município de Guimarães e a Associação Green Lines - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, entidade promotora do referido evento.” O protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

PROTÓCOLOS – PROTÓCOLO PARA APOIO DOMICILIÁRIO A PESSOAS COM PERTURBAÇÃO MENTAL – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “No âmbito do Programa do Orçamento Participativo o Projeto Equipa de Apoio Domiciliário às Pessoas com Perturbação Mental que preconiza a criação de uma equipa multidisciplinar de apoio domiciliário às pessoas com perturbação mental no concelho de Guimarães, propõe-se uma parceria formal com o Centro Hospitalar do Alto Ave que possibilite a criação de visitas de domiciliárias efetuadas por uma equipa multidisciplinar do Departamento de Psiquiatria daquele hospital a

doentes referenciados por aquela instituição pública de saúde. A celebração desta parceria vai possibilitar a prestação de cuidados de proximidade, promovendo uma maior participação dos doentes e das suas famílias, no seu contexto de vida, na sua habitação e na sua comunidade, combatendo mitos associados à doença mental e concorrendo para uma comunidade mais sã e inclusiva. Por estas razões se propõe a celebração de um protocolo com o Centro Hospitalar do Alto Ave, nos termos da minuta que, em anexo, se apresenta para aprovação.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL 'SERVIÇO INTERVIR E AJUDAR - PEQUENAS REPARAÇÕES DOMÉSTICAS NO DOMICÍLIO' – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “No âmbito do Programa do Orçamento Participativo o projeto ‘Intervir e Ajudar para não Emigrar – Pequenas Reparações Domésticas no Domicilio’ prevê a criação de um serviço de pequenas reparações a efetuar nas habitações de pessoas idosas em condição de solidão e isolamento, de forma a aumentar o seu conforto e segurança. Tendo-se constatado, no programa Guimarães 65+ para a prevenção do isolamento de pessoas idosas, que muitos dos idosos que residem sozinhos têm dificuldade em aceder a pequenos serviços de reparação que a serem proporcionados concorrem para aumentar o conforto e segurança das suas habitações, foi elaborado o Regulamento Municipal “Serviço Intervir e Ajudar – Pequenas Reparações Domésticas No Domicilio” que agora se apresenta para aprovação.” O Regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**



SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----
REGULAMENTOS – NOVO REGULAMENTO INTERNO DO
PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA – Presente a seguinte proposta: “1. Propõe-se aprovar e submeter à Assembleia Municipal o novo Regulamento do Parque de Campismo da Penha, conforme minuta anexa, elaborado com o propósito de conformar o existente com o novo quadro legal e de lhe introduzir alterações que o tornem mais eficiente e adequado às atuais exigências, em função da experiência de gestão acumulada ao longo dos últimos anos. 2. Mais se propõe que a Câmara Municipal delegue, desde já, as suas competências no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no Vereador com competências delegadas nesta área, com vista à agilização dos procedimentos previstos no referido Regulamento.” O novo Regulamento do Parque de Campismo da Penha dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE ANTEPROJETO – PROGRAMA BASE - REFERENTE AO CREMATÓRIO DO CEMITÉRIO DE MONCHIQUE, FREGUESIA DA COSTA – Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Obras Municipais: “**1. Objeto:** contratação de um serviço referente à realização do programa base de um crematório que se pretende instalar no cemitério de Monchique, freguesia da Costa. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação de arquitetura, e ainda conhecimentos em matéria de engenharia civil e de termodinâmica. Não foi consultado o

Departamento de Recursos Humanos, nem a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo em conta os direitos de autor dos arquitetos que elaboraram o projeto do Cemitério Municipal de Monchique. Após consulta, o autor do projeto manifestou disponibilidade em prestar o serviço pelo valor total não superior a 25.000,00€, mais IVA. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, referente à realização de um programa base, com a definição dos parâmetros necessários para o desenvolvimento do trabalho de projeto de execução do edifício do crematório, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato que aqui se pretende realizar diz respeito à definição de um programa base de um edifício destinado a crematório de apoio ao cemitério de Monchique para que se avalie a sua viabilidade técnica face às condicionantes locais. Os trabalhos previstos compreendem a definição do programa e os parâmetros urbanísticos para que, sendo possível, se proceda à realização do projeto de execução, cabendo nesta prestação de serviço a sujeição de elementos que lhe couber produzir. Estes terão de assegurar o disposto na Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, tendo em vista todos os trabalhos necessários e inerentes à realização do programa em questão que se traduzem na configuração das valências referentes à forma e design do edifício, princípio de estabilidade, mecânica e



de outros trabalhos complementares que contribuam para a correta definição do objeto pretendido. b) A despesa anual estima-se em 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica do Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto com convite à empresa "Arqt. OF Arquitetos Associados, Lda.", por recorrência a critérios materiais, visto haver e estarem envolvidos direitos de autor atribuídos à obra em causa. O procedimento encontra fundamento legal no disposto na alínea a) do nº1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizada as suas obrigações fiscais e com a segurança social. g) Finalmente, informa-se que, caso aplicável, terá de ser aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A INTEROPERABILIDADE ENTRE AS APLICAÇÕES SIGMA E A PLATAFORMA DE ENSINO (SIGA) - Presente a seguinte informação: **"1. Objeto:** Aquisição de serviços para o desenvolvimento e fornecimento dos webservices necessários para a integração das aplicações SIGMA (Medidata) com a Plataforma de Ensino (SIGA) propriedade da empresa Edubox. **2.**

Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e nas aplicações SIGMA; Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), em virtude de se tratar de serviços relacionados com software protegido por direitos exclusivos (aplicações SIGMA); Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços para o desenvolvimento e fornecimento dos webservices necessários para a integração das aplicações SIGMA (Medidata) com a Plataforma de Ensino (SIGA) propriedade da empresa Edubox. b) A despesa anual estima-se em €12.200,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) Está assegurada uma comparticipação de 85% pela candidatura "Ave Digital XXI", SAMA 2013 da CIM do Ave. d) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 12 - 02.02.20 (Serviços especializados), correspondente ao ano de 2014. e) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto à MEDIDATA.NET - Sistemas de Informação, ao abrigo da alínea e), do nº 1, do art.º 24º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, porquanto esta entidade detém direitos exclusivos sobre aquela aplicação informática. f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim



em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, a assunção de compromisso plurianual, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares; **Período de vigência:** Triénio 2015/2017; **Preço base:** €6.479.649,00 + IVA (23%). Foi aplicada a redução remuneratória, ao abrigo do disposto nos artigos 33.º e 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Repartição de encargos: - **Ano 2015:** €2.159.883,00 + IVA; - **Ano 2016:** €2.159.883,00 + IVA; - **Ano 2017:** €2.159.883,00 + IVA. **Classificação económica:** 020105. **Plano:** 2.1.2.56 A.

Procedimento: Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade**

competente para adjudicar: Município de Guimarães. **Júri:**

Efetivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** - Sónia

Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro.

Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FRUTA ESCOLAR – ANO LETIVO 2014/2015 – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “No seguimento da proposta apresentada por esta Divisão a 9 de abril último, a propósito do Regime de Fruta Escolar, o executivo camarário manifestou a intenção de dar continuidade ao Programa no próximo ano letivo para os alunos do 1º ciclo do ensino básico, bem como de alargar o fornecimento e distribuição dos produtos hortofrutícolas às crianças da educação pré-escolar. Assim, e considerando: 1. compete à câmara municipal *colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, bem como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças*, nos termos das alíneas r) e u), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; 2. a adesão do Município ao Regime de Fruta Escolar constitui uma opção estratégica do executivo camarário, numa perspetiva de promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens, de reforço das práticas alimentares saudáveis e de combate à obesidade infantil, solicita-



se despacho de autorização de compromisso para o fornecimento e distribuição de produtos hortofrutícolas a 7.482 crianças e alunos (1773 e 5709, respetivamente) dos 14 agrupamentos de escolas do concelho durante o ano letivo 2014/2015, conforme caderno de encargos em anexo. Acresce ainda que, na sequência do preceituado no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, e considerando que a contratação destes serviços ocorrerá pelo período de um ano letivo, com início em setembro de 2014 e fim em junho de 2015, o assunto deverá ser submetido à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, no valor total de €71 827,20, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a 2014 (11 semanas) o valor de €26.336,64 e a 2015 (19 semanas) o valor de €45.490,56. À considerar superiormente.” O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA N.º 2-2014 - DESBASTE DE EUCALIPTOS – Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “O Município detém a gestão de um terreno do domínio público com a área aproximada de 2.000,00 m², situado na rua de Cortes, da freguesia de Ponte (Parque Industrial de Ponte – 1ª Fase). Nesse terreno existe um povoamento de eucaliptos (*eucalyptus globulus*), bem como dois pinheiros bravos (*pinus pinaster*), próximo de várias habitações, que poderão colocar em perigo pessoas e bens em caso de incêndio e de condições climatéricas adversas. De forma a salvaguardar esse risco e de molde a assegurar a faixa de gestão

combustível prevista no nº 2 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 4 de Janeiro, o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, propõe um plano de corte daquelas árvores, nos termos das condições impostas naquele diploma legal. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento de hasta pública para desbaste dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento, que se junta em anexo, ser submetido a aprovação da Câmara Municipal.” O referido regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – CONCURSO PARA CARGO DIRIGENTE - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DE JÚRI – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão de 29 de abril último, aprovou a alteração do Mapa de Pessoal para 2014, prevendo a criação do cargo de Chefe de Divisão de Sistemas de Informação. O Município de Guimarães tem assumido como objetivo estratégico a promoção da modernização administrativa e da inovação, alinhado com as prioridades estabelecidas na Agenda Digital para a Europa e na estratégia Europa 2020, que visa estimular a Economia Digital e o setor das tecnologias de informação, sendo um fator decisivo para o aumento da produtividade e consequentemente qualidade do serviço público prestado. Neste contexto, verifica-se a necessidade de assegurar a gestão e coordenação da Divisão de Sistemas de Informação. Proponho, assim, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura de procedimento concursal para preenchimento do cargo de chefe da Divisão de Sistemas de Informação. Mais se propõe, ao abrigo do disposto no art.º 13.º



da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que seja submetida à Assembleia Municipal a seguinte proposta de constituição do júri daquele concurso: Presidente: Adelina Paula Mendes Pinto; Vogais efetivos: Antero Silva Oliveira Barbosa Fernandes e Jorge Nascimento Pereira Silva; Vogais suplentes: Amadeu Artur Matos Portilha e Paula Cristina Santos Oliveira. **DELIBERADO POR ESCRITÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da receção do mapa com a previsão dos custos com pessoal e de funcionamento da Associação de Municípios do Vale do Ave, para o ano de 2014, bem como as transferências a efetuar pelos Municípios, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €78.297,45 (setenta e oito mil duzentos e noventa e sete euros e quarenta e cinco cêntimos) correspondente a custos de pessoal, assim como da verba de €46.676,29 (quarenta e seis mil seiscentos e setenta e seis euros e vinte e nove cêntimos), correspondente a custos de funcionamento, no valor total de €124.973,74 (cento e vinte e quatro mil novecentos e setenta e três euros e setenta e quatro cêntimos). Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. **O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha e Ricardo Costa não participaram na**

discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Associação. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – QUADRILÁTERO URBANO – TRANSFERÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 - Presente

a seguinte proposta: “O Município de Guimarães é associado, em conjunto com os Municípios de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, da associação de municípios de fins específicos “QUADRILÁTERO URBANO”, que tem como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), bem como executar os projetos nele previstos, no âmbito do projeto “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização”, enquadrado na medida “Política de Cidades – Redes Urbanas para a competitividade e a Inovação”, financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte, do QREN 2007-2013. Uma das obrigações dos associados, nos termos da al. c) do art.º 5.º dos Estatutos é efetuar as contribuições financeiras nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos. Estas contribuições financeiras são, nos termos do art.º 36.º dos mesmos Estatutos, fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo, para comparticipar nas despesas correntes da gestão da associação, através de um valor definido anualmente, com pagamentos mensais, como efetivamente sucedeu através das deliberações de 06/12/2011 e 20/12/2012, respetivamente. Tal como aconteceu nos anos de 2011 e 2012, através da deliberação da Câmara Municipal de 11/05/2011 e 12/11/2012, é necessário que a Câmara Municipal aprove a transferência das verbas que competem ao Município de Guimarães relativas ao ano de 2013 (Janeiro a Setembro) num valor mensal de €6.482,04 e de (Outubro a Dezembro) num valor mensal de €2.500,00, num total



anual de €65.838,36; e a transferência das verbas relativas ao ano de 2014, que importam num valor mensal de €2.500,00, num total anual de €30.000,00, em conformidade com os documentos em anexo, nomeadamente as propostas da Assembleia Geral nº02/2013, de 28/03/2013 e nº 04/2013, de 29/04/2014. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da Associação.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA EM GUIMARÃES, EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO MINHO – APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS –

Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, em parceria com a Universidade do Minho, pretende criar uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, de duração ilimitada, na área da divulgação da ciência em Guimarães, com sede social na rua da Ramada (antigo edifício industrial denominado “Fábrica Âncora”), na cidade de Guimarães. Esta associação terá como objetivos: 1. Gerir um equipamento de carácter lúdico e pedagógico, com vista a divulgação científica e tecnológica, mediante a promoção de ações de desenvolvimento da cultura científica e tecnológica junto da população e, em especial, junto da comunidade juvenil e a instalação e funcionamento de um centro educativo e expositivo para a ciência; 2. Relacionar diretamente a ciência e a engenharia, promovendo o desenvolvimento da engenharia aplicada à realização do produto; 3. Promover a ciência como um fator de valorização da qualidade

de vida da população, conformando um polo de atração de visitantes com uma abrangência territorial significativa e alargada; 4. Promover e reforçar o entrosamento e cruzamento do centro de divulgação da ciência em Guimarães com as instituições locais de ensino, nomeadamente Universidade do Minho; 5. Desenvolver atividades lúdicas e exploratórias para um público-alvo específico – estudantes e escolas – sem prejuízo de alcançar outros públicos. Em conjugação, relacionar e favorecer a cooperação entre cientistas que resulte no incremento da qualidade de conhecimento; 6. Conjuguar a instalação do centro de divulgação da ciência em Guimarães com a reabilitação de um edifício de valor patrimonial significativo e indissociável da história do lugar e da cidade. Considerando: 1. A forte ligação entre o Município de Guimarães e a Universidade do Minho, parceiros em múltiplos projetos e que, no presente caso, partilham e comungam de uma vontade e interesse em promover, de forma assertiva e continuada, o conhecimento e a ciência, nomeadamente para o público estudantil e mais jovem, ainda muito desperto para a descoberta e novidade; 2. A existência de um edifício de valor patrimonial e urbanístico inquestionável que se afigura capaz de suportar o programa de um centro de divulgação da ciência em Guimarães e de contribuir para a valorização urbanística da área central da cidade; 3. A abrangência temática e público-alvo de um centro de divulgação da ciência em Guimarães que valoriza e enriquece uma cidade que se quer competitiva e contemporânea (verificando-se cada vez mais que o percurso de Guimarães corresponde a essa realidade). O Município de Guimarães, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições nos domínios da cultura e da ciência, conforme prevê a alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para



prosseguir estas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, competências que lhe permitem apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o município. Nestes termos, proponho que Município de Guimarães constitua, em parceria com a Universidade do Minho, uma associação sem fins lucrativos na área da divulgação da ciência em Guimarães, conforme estatutos que remeto em anexo (**doc. 1**). Em caso de aprovação, deverá esta proposta ser submetida à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Os referidos Estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** *"A Câmara Municipal de Guimarães tinha a intenção de concluir o Centro Ciência Viva até Agosto de 2008 e, a partir daqui, inicia-se uma autêntica novela com contornos tão caricatos, insólitos e preocupantes. A comprová-los vamos fazer uma retrospectiva pela comunicação social: 24 de Dezembro de 2008 - "Para o próximo dia 24 de Junho, está já anunciada a abertura do Centro Ciência Viva de Guimarães"; 13 de Outubro de 2010 - "Centro Ciência Viva abre a 1 de Junho de 2011"; 25 de Maio de 2011 - "Centro Ciência Viva já não abre a 24 de Junho". "O vereador do Departamento de Obras Municipais, Domingos Bragança, confirmou que a inauguração teve que ser adiada para que o edifício reúna as condições necessárias para acolher os conteúdos da responsabilidade da Universidade do*

Minho.” **25 de Março de 2012** - “Ciência Viva de Guimarães está há dois anos para abrir, mas já entrou de novo em obras”. “A autarquia terminou a reabilitação do edifício destinado a acolher o centro na Primavera de 2010, tendo ali investido 605 mil euros. A obra não cumpria, porém, os requisitos necessários para receber a exposição permanente projetada pela universidade. Essa circunstância obrigou a uma segunda fase de obras, que não corrigiu todos os problemas, levando a uma nova intervenção iniciada em Maio do ano passado. Quase um milhão de euros depois, o equipamento necessita de uma terceira fase de obras, que começou no início do mês.” **20 de Junho de 2012** - “O Ciência Viva que vai ser um edifício de excelência, único, singular em todo o País”, Domingos Bragança. **15 de Maio de 2013** - “O Presidente da Câmara afirmou que a abertura do Centro de Ciência Viva na nossa Cidade estava dependente da vontade política do Governo”. **26 de Junho de 2013** - “É uma querela entre nós e o Centro Nacional de Ciência Viva, porque há um aproveitamento político- partidário. O pior que pode acontecer, é lidar com cristãos-novos porque têm de demonstrar que estão mais voltados para a religião que abraçaram à última hora do que os cristãos tradicionais”, António Magalhães. “Se não acabarem com isto, acabo eu. Fazemos um Centro de Ciência com a Universidade do Minho e ponto final”, António Magalhães. *A somar a isto, entre muitos outros excertos da comunicação social, uma resposta da diretora da Agência Nacional dos Centros de Ciência Viva a um requerimento apresentado pela deputada Francisca Almeida em que dizia o seguinte:* “No caso da criação do Centro de Ciência Viva de Guimarães o processo foi desencadeado pela Câmara e pela Universidade do Minho. Importa com isso reter: a recuperação do espaço já havia sido iniciada independente da



definição de um plano de conteúdos." *Importa por isso questionar: a proposta que nos é aqui apresentada - Associação para a Divulgação da Ciência em Guimarães – representa o tal ponto final a que se referia o anterior presidente da Câmara? Por que razão a Agência Nacional não integra então desde o início este protocolo? A Agência Nacional continua a considerar que este edifício não reúne as condições devidas? Esta proposta significa que Guimarães abdica definitivamente de ter um Centro de Ciência Viva que integre a rede nacional? As situações de segurança e acessibilidade estão ultrapassadas? Para quando a entrada em funcionamento deste equipamento na sua plenitude? Os vereadores da Coligação lamentam, por isso, que este seja mais um equipamento, construído aquando da Capital Europeia da Cultura, sem programa funcional. Ou seja, a obra foi feita, mas depois não comportava o fim para o qual tinha sido criado. Lamentamos, portanto, que só depois das obras concluídas percebam que estas não servem para os fins propostos."* -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "A Escola EB 2,3 João de Meira solicitou a colaboração do Município na cedência de autocarro para efetuar o transporte dos alunos da Educação Especial na deslocação ao aeroporto Sá Carneiro para uma visita de estudo à Eurodisney no dia 9 de junho de 2014 (ida) e no dia 11 de junho de 2014 (volta). Considerando que se trata de uma atividade de interesse fundamental para o núcleo de Educação Especial do Agrupamento e que a colaboração da Autarquia se reveste de suma importância para a sua concretização e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura, implicando a realização de trabalho extraordinário por parte do motorista a uma deslocação para fora

do concelho e sendo competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, remete-se a reunião de Câmara a aprovação deste pedido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “O Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 21 de Maio, para efetuar o transporte dos alunos ao Centro Histórico. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 21 de maio de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se o pedido de apoio à reunião de Câmara para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “A Universidade do Minho solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro no período de 22 a 25 de Julho, para efetuar o transporte dos participantes no programa “Verão no Campus”. Assim, considerando que se trata de um programa que visa um conjunto de atividades, lúdicas e culturais, que inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural do concelho, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 13 de maio de 2014, foi proposto deferir o



pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de câmara o pedido de apoio para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 14 e 23 de Julho, para efetuar o transporte das crianças dos Bairros Sociais de Gondar e Atouguia, para a Colónia de Férias em Torres Vedras. Assim, considerando o objetivo prosseguido pela Fraterna, de relevante interesse pedagógico, e os apoios concedidos em varias atividades, por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 16 de maio de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de câmara o respetivo pedido de apoio para deliberação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

AÇÃO SOCIAL - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos reformados nos dias 23 de Junho e 2 de Julho para a Colónia de Férias na Apúlia. Assim, considerando que se trata de uma

atividade de interesse social inserida no plano de atividades da Associação de Reformados de Guimarães e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 13 de maio de 2014, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoio, remete-se o pedido de apoio para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - BARCO ROCK FEST E ROCK SUMMER SESSIONS 2014 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “O Movimento Artístico das Taipas – Associação Cultural, registado no RMECARH sob o nº 508 053 714/ RMECARH, propõe-se organizar, no corrente ano, uma nova edição do “Barco Rock Fest”, um festival de música moderna que se realizará como habitualmente junto à Praia Fluvial de Barco e da iniciativa designada “Rock Summer Sessions”, igualmente na área da música moderna a decorrer na Vila de Caldas das Taipas. Trata-se de iniciativas mobilizadoras de públicos jovens de toda a região, em virtude de se terem vindo a afirmar de forma consistente e evolutiva no panorama dos festivais musicais que se realizam durante a época de Verão. Pelo seu inquestionável interesse para a diversificação artística e geográfica da oferta cultural do concelho, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição de um subsídio de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) ao Movimento Artístico das Taipas para apoio à realização do “Barco Rock Fest ‘2014” (€20.000,00) e do “Rock Summer Sessions’2014” (€5.000,00).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CINECLUBE DE GUIMARÃES - CINEMA EM NOITES DE VERÃO 2014 – Presente a seguinte proposta do



Vereador José Bastos: ““Cinema em Noites de Verão” é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou desde sempre com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de completar este ano 26 edições consecutivas, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atração de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, registado no RMECARH sob o nº 501536515, de um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), destinado a comparticipar nos custos de organização do XXVI Cinema em Noites de Verão, a decorrer no Largo da Oliveira no próximo mês de Agosto.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - CONFRATERNIZAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – Presente a

seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Presente um pedido da Comissão que pretende organizar a 30ª Confraternização dos Antigos Alunos da Escola Industrial, uma iniciativa meritória de encontro inter-geracional com uma importante componente cultural, que carece, contudo, de apoios financeiros para que se possa concretizar, pelo que é solicitada uma comparticipação financeira. Em reconhecimento da valia e interesse da iniciativa proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição à Comissão Organizadora da 30ª Confraternização dos Antigos Alunos da Escola Industrial, de um subsídio de €500,00, destinado a comparticipar nos respetivos custos de realização. A ser aprovado, este subsídio deverá ser pago ao Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – FREGUESIA DE BRITO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Considerando a sua capacidade de mobilização e os níveis de participação que vem registando, e com vista a apoiar a edição de 2014 da Festa de Nossa Senhora do Rosário, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, à Confraria de Nossa Senhora do Rosário, de um subsídio de €250,00, destinado a comparticipar nos respetivos custos de organização.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FESTAS DE SÃO JOÃO BATISTA - FREGUESIA DE BRITO - Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Considerando a sua capacidade de mobilização e os níveis de participação que vem registando, e com vista a apoiar a edição da edição de 2014 da Festa em honra de São João Batista, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, à Comissão de Festas, de um subsídio de €250,00, destinado a comparticipar nos respetivos custos de organização. A ser aprovado, este subsídio deverá ser pago à Junta de Freguesia de Brito.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----